

REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO -- 96\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativo a anúncio e à assinatura do Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10% a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País	1 600\$00	1 100\$00
Para países de expressão portuguesa...	2 200\$00	1 400\$00
Para outros países	2 600\$00	1 800\$00
AVULSO: Por cada página	4\$00	

Os períodos de assinaturas centam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

AVISO

Os Ex.^{mos} assinantes do *Boletim Oficial* são avisados de que devem renovar ou inscrever as suas assinaturas para 1990 até 31 de Dezembro do corrente ano.

O respectivo expediente encerra-se impreterivelmente nessa data, sendo considerados de venda avulsa os números publicados posteriormente.

As guias modelo B comprovativas do pagamento das assinaturas nas recebedorias de Finanças dos concelhos do País, deverão ser enviadas à Imprensa Nacional de modo a darem entrada antes de 1 de Janeiro, sem o que as inscrições serão feitas à data da recepção, sujeitando-se os interessados ao pagamento avulso dos números publicados depois de 31 de Dezembro. As demais condições de assinatura, sua remessa e direitos inerentes, são as que constam da Portaria n.º 29-A/88, publicada no 2.º Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 26/88, de 30 de Junho.

MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS:

Despacho:

Designando Filomeno Garcia Andrade e José Varela Brito para os cargos de vogais da Direcção da Federação Caboverdiana de Boxe e Judo em substituição de Aguiinaldo Marçal e Vital Moeda, respectivamente.

Chefia do Governo.

Direcção-Geral da Administração Pública.

Ministério da Administração Local e Urbanismo:

Direcção-Geral da Administração Local.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

Contas e balancetes diversos.

SUMÁRIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto n.º 84/89:

Dá por finda a comissão de serviço de Hélder Benrós de Melo Araújo no cargo de Presidente do Instituto de Fomento da Habitação.

Decreto n.º 85/89:

Nomeia João Tolentino de Oliveira Ramos, técnico superior de 2.ª classe, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Presidente do Instituto de Fomento da Habitação.

Decreto n.º 86/89:

Nomeia Hélder Benrós de Mello Araújo, técnico superior de 2.ª classe, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 84/89

de 18 de Novembro

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É dada por finda a comissão de serviço de Hélder Bonrós de Melo Araújo, no cargo de presidente do Instituto de Fomento da Habitação.

Pedro Pires — Tito Ramos.

Promulgado em 15 de Novembro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

Decreto n.º 85/89
de 18 de Novembro

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É nomeado João Tolentino de Oliveira Ramos, técnico superior de 2.ª classe, para, em comissão de serviço, exercer o cargo de presidente do Instituto de Fomento da Habitação.

Pedro Pires — Tito Ramos — Arnaldo França.

Promulgado em 15 de Novembro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA,

Decreto n.º 86/89
de 18 de Novembro

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. É nomeado Hélder Benrós de Melo Araújo, técnico superior de 2.ª classe, para exercer, em comissão de serviço, o cargo de director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas.

Pedro Pires — Adriano Lima — Arnaldo França.

Promulgado em 15 de Novembro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA,

—o—

MINISTERIO DA INFORMAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS

Gabinete do Ministro

Despacho

Tendo em conta que a Federação Cabo-verdiana de Boxe e Judo vem funcionando há já um longo período, só com três dos cinco elementos que a constituem;

Considerando, assim a necessidade de introduzir algumas modificações na composição desse órgão a fim de garantir o seu normal funcionamento;

Sob a proposta da Federação Cabo-verdiana de Boxe e Judo e ouvida a Direcção-Geral da Educação Física e Desportos;

Determino:

São designados os Camaradas:

1. Filomeno Garcia Andrade, para o cargo de vogal em substituição de Aguiinaldo Marçal.
2. José Varela Brito, para o cargo de vogal em substituição de Vital Moeda.

Gabinete do Ministro da Informação, Cultura e Desportos, 26 de Outubro de 1989. — O Ministro, *David Hopffer Almada.*

CHEFIA DO GOVERNO

Secretaria de Estado da Administração Pública

Direcção-Geral da Administração Pública

Despachos do Camarada Ministro da Justiça:

De 4 de Agosto de 1989:

Ermelindo Teixeira da Costa, ajudante de escrivão de Direito de 2.ª classe, provisório, das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — promovido nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 40/89, de 10 de Junho, à ajudante de escrivão de Direito de 1.ª classe, continuando colocado no 1.º Juízo Criminal do Tribunal Regional da Praia.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Outubro de 1989).

De 27 de Setembro:

Paulo Moreno, chefe de secção, definitivo, da Direcção-Geral dos Serviços Penitenciários — dado por finda a comissão de serviço no cargo de director da Cadeia Central da Praia, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 1989.

De 24 de Outubro:

Zaida Lopes dos Santos, servente, assalariada de carácter permanente, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação no Juízo Criminal do Tribunal Regional de S. Vicente, — prorrogada a licença registada por mais 6 meses, nos termos do artigo 252.º do Estatuto do Funcionalismo.

De 31:

Maria Isabel Pimentel Barbosa Vicente, escriturária-dactilógrafa, principal, de nomeação definitiva, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — concedida licença ilimitada, nos termos do artigo 257.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 26 de Novembro de 1989.

Maria Isabel Pimentel Barbosa Vicente, escriturária-dactilopermanente, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, prestando serviço no Supremo Tribunal de Justiça — concedidos 6 seis meses de licença registada nos termos do artigo 252.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 1989.

Raúl César Pinto, condutor-auto de ligeiros de 2.ª classe, provisório, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação na Procuradoria Regional de S. Vicente — concedido a prorrogação da licença registada por mais 6 meses, nos termos do artigo 252.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 29 de Outubro de 1989.

José Gomes de Pina, Procurador Sub-Regional de 2.ª classe, definitivo do quadro da Magistratura do Ministério Público — concedido a licença ilimitada, nos termos do artigo 257.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 26 de Setembro de 1989.

De 2 de Novembro:

Maria José Silva Robalo, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, de nomeação provisória, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público — transferida, por absoluta conveniência de serviço, da Procuradoria Regional da Praia para o Tribunal Sub-Regional da Boa Vista, indo ocupar a vaga resultante da exoneração concedida a **Graciana Oliveira Lima**.

Graciana Oliveira Lima, escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, interina do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, com colocação no Tribunal Sub-Regional da Boa Vista — exonerada, a seu pedido, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 1989.

Despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural e Pescas:

De 12 de Outubro de 1989:

Maria Helena Nobre de Melo Azevedo Lima Barros, técnica superior de 2.ª classe do Instituto Nacional de Investigação Agrária — exonerada a seu pedido, do referido cargo, com efeitos a partir de 12 de Outubro de 1989.

(Anotado pelo Tribunal de Contas em 4 de Novembro de 1989).

Despachos do Camarada Ministro da Educação:

De 16 de Dezembro de 1988:

Manuel Figueira, professor de 4.º nível de 1.ª classe, definitivo, do Liceu Ludgero Lima — promovido, nos termos do artigo 50.º do Decreto n.º 98/87, de 14 de Setembro, a professor de 4.º nível principal, continua a exercer as mesmas funções em comissão de serviço no Centro Nacional de Artesanato,

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 36.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Outubro de 1989).

De 20 de Setembro de 1989:

Carlos Alberto Monteiro Cruz, contratado para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1989/90, na categoria de professor de 3.º nível, 3.ª classe, letra «I», com colocação na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro.

Nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, são contratados para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1989/90, na categoria de professor de 4.º nível, 3.ª classe, com colocação no Liceu «Ludgero Lima», os seguintes indivíduos habilitados com o Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário:

Maria Fernanda Gomes da Fonseca;
Maria Rosa da Conceição Soares;
Maria de Fátima Dias dos Santos;
Ana de Jesus Delgado Santos.

Luís Filipe Fernandes Lima, contratado para prestação de serviço docente durante o ano lectivo de 1989/90, na categoria de professor de 3.º nível, 3.ª classe, letra «I», com colocação no Liceu «Ludgero Lima», nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro.

Emanuel Orlando Valburgo, contratado para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1989/90, na categoria de professor de posto escolar, letra «I», com colocação na Escola do Ensino Básico Complementar da Brava — nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 26.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Joana do Rosário Lopes e Inácio Lopes Dias, contratados para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1989/90, na categoria de professor de posto escolar, letra «I», com colocação na Escola do Ensino Básico Complementar da Ribeira Grande — nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, com direito ao vencimento na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 23.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, são contratados para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1989/90, na categoria de professor de 3.º nível, 3.ª classe, letra «I», com colocação na Escola do Ensino Básico Complementar da Ribeira Brava, os seguintes indivíduos habilitados com o 2.º ano de Curso Complementar, com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) do artigo 1.º da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro.

Manuel Santos Almeida;
José Jorge Silva;
Ulises Mendes de Carvalho Semedo.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 2.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Germano Monteiro Lima — contratado para prestação de serviço docente durante o ano lectivo de 1989/90, na categoria de professor de 3.º nível, 3.ª classe, letra «I», com colocação na Escola Industrial e Comercial do Mindelo — nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, com direito ao vencimento estabelecido na alínea d) da Portaria n.º 150/81, de 31 de Dezembro.

Álvora Soares Cruz, funcionário da ELECTRA e **Joanina Dias Brites**, funcionária da ENACOL — autorizados para durante o ano lectivo de 1989/90, em regime de acumulação, exercerem o cargo de professor na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, nos termos do artigo 78.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o Decreto-Lei n.º 114/88, de 31 de Dezembro.

Nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, são contratados para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1989/90, na categoria de professor de 3.º nível, 3.ª classe, letra «G», com colocação na Escola Industrial e Comercial do Mindelo, os seguintes indivíduos.

Luís Manuel St'Aubyn Araújo;
Teodolinda Pereira Sousa Duarte;
Maria Manuela Dias dos Santos.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 40.º, código 1.2 do orçamento vigente.

Nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro, são contratados para prestação de serviço docente, durante o ano lectivo de 1989/90, na categoria de professor de 3.º nível, 3.ª classe, letra «G», com colocação no Liceu «Ludgero Lima», os seguintes indivíduos:

João Delgado da Cruz;
José António Pina Brazão;
Silvina Neves Teixeira.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 36.ª, do orçamento vigente.

De 22 de Outubro:

Anildo Emanuel da Craça Morais e Daniel Graciano Silva Almeida — contratados para prestação de serviço docente durante o ano lectivo de 1989/90, na categoria de professor de 3.º nível, 3.ª classe, (letra «G»), com colocação no Liceu «Domingos Ramos», nos termos da alínea c) do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 152/79, de 31 de Dezembro.

As despesas têm cabimento na dotação do capítulo 1.º, divisão 37.ª, código 1.2 do orçamento vigente.

Despacho do Camarada Ministro da Administração Local e Urbanismo:

De 10 de Agosto de 1989

Mateus Monteiro Silva, licenciado em direito — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, conjugado com o n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 154/81, de 31 de Dezembro, para exercer provisoriamente, o cargo de técnico superior de 3.ª classe, da Direcção-Geral do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente. Continua a exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de director de Gabinete do Ministro da Administração Local e Urbanismo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 6.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Novembro de 1989).

Despachos do Camarada Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais:

De 28 de Abril de 1989:

Ema Maria Moreno Moniz — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de lavadeira da Direcção-Geral de Saúde.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Outubro de 1989).

De 10 de Julho:

Pedro de Andrade Fernandes — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer interinamente, o cargo de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe da Direcção-Geral de Assuntos Sociais, ficando colocado na Direcção Local dos Assuntos Sociais do Fogo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 13 de Outubro de 1989).

De 28 de Agosto:

João José Costa da Graça — assalariado, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de agente sanitário da Direcção-Geral de Saúde.

Albertina Freitas Veiga — assalariada, nos termos do artigo 51.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, o cargo de servente da Direcção-Geral de Saúde.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visados pelo Tribunal de Contas em 11 de Outubro de 1989).

De 31:

Inês de Fátima Ribeiro — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe da Direcção-Geral de Farmácia.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 7.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 6 de Outubro de 1989).

De 15 de Setembro:

Rita Fontes Gomes — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, provisoriamente, o cargo de auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, ficando colocada na Delegacia de Saúde da Brava.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 26 de Outubro de 1989).

De 25:

Dr. Júlio de Barros Andrade — nomeado Delegado de Saúde de Santa Cruz, em substituição do Dr. José Manuel Lomba de Morais que foi transferido para a Delegacia de Saúde de Santa Catarina.

Manuel Ernesto Mendes, canalizador de 3.ª classe, do quadro da Direcção-Geral de Saúde, prestando serviço no Hospital «Dr. Agostinho Neto» — concedido 30 dias de licença registada, com efeitos a partir de 13 de Outubro de 1989.

De 4 de Outubro:

António de Jesus Centeio Moreira, escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, interino, da Direcção-Geral do Trabalho e Emprego — exonerado a seu pedido do referido cargo, com efeitos a partir de 4 de Outubro de 1989.

(Anotados pelo Tribunal de Contas em 23 de Outubro de 1989).

Despacho do Camarada Ministro das Obras Públicas:

De 18 de Janeiro de 1988:

Helena Isabel Lopes Moreno, servente assalariada, da Direcção-Geral de Administração do Ministério das Obras Públicas — concedida a 1.ª diuturnidade, nos termos do artigo 166.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 12 de Janeiro de 1988.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 4.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Novembro de 1989).

De 4 de Outubro de 1989:

Frmelinda Ferreira, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, do quadro do pessoal da Direcção-Geral de Construção e Obras Públicas — exonerada, a seu pedido, com efeitos a partir de 27 de Julho de 1989.

(Anotado pelo Tribunal de Contas em 4 de Outubro de 1989).

Despacho do Camarada Ministro Adjunto do Ministro das Finanças:

De 16 de Outubro de 1989:

João Filipe Barbosa Mendes — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer interinamente, o cargo de 3.º oficial da Direcção-Geral do Orçamento.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Novembro de 1989).

Despacho do Camarada Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros:

De 12 de Dezembro de 1988:

Benedito José de Barros Monteiro Tavares, 2.º oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, prestando serviço na Embaixada de Cabo Verde em Haia — transferido, por conveniência de serviço, para os Serviços Centrais.

Daniel Monteiro, escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, prestando serviço na Embaixada de Cabo Verde em Haia — transferido, por conveniência de serviço, para os Serviços Centrais.

(Anotado pelo Tribunal de Contas em 23 de Outubro de 1989).

De 27 de Outubro de 1989:

Domingos Dias Pereira Mascarenhas, licenciado em Direito Internacional — nomeado, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 128/85, de 9 de Novembro, para exercer, interinamente, o cargo de 3.º secretário de embaixada dos Serviços Centrais do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, divisão 9.º, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 10 de Novembro de 1989).

Despachos do Camarada Secretário de Estado da Marinha Mercante:

De 17 de Julho de 1989:

Germano José Évora, 3.º oficial, definitivo, da Direcção-Geral da Marinha Mercante — promovido, mediante curso de provas práticas a 2.º oficial da mesma Direcção-Geral, continuando colocado na Capitania dos Portos de Barlavento.

Maria da Luz Luciana Silva — nomeada, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer, definitivamente, o cargo de 3.º oficial, da Direcção-Geral da Marinha Mercante, continuando colocada na Capitania dos Portos de Barlavento.

Fica exonerada do cargo de escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe e 3.º oficial interino.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 23 de Outubro de 1989).

José Pedro Nascimento Delgado — nomeado, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, para exercer provisoriamente o cargo de 3.º oficial, da Direcção-Geral da Marinha Mercante, com colocação na Capitania dos Portos de Barlavento.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 28 de Outubro de 1989).

Despacho do Camarada Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural:

De 31 de Outubro de 1989:

Samuel Diniz Pereira, condutor-auto de 2.ª classe pesados do Centro de Máquinas e Equipamentos do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas — colocado em comissão ordinária de serviço, no Gabinete do Plano Sanitário da Praia, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 1989.

Despacho do Camarada Director-Geral da Administração Pública, por delegação do Camarada Secretário de Estado:

De 1 de Novembro de 1989:

Herculano Delgado Freire, director de Finanças de 2.ª classe, da Direcção-Geral do Orçamento — desligado de serviço, para efeitos de aposentação, por ter julgado incapaz para todo serviço, conforme parecer emitido pela Junta

de Saúde de Sotavento, em 12 de Outubro de 1989, devendo ser abonado da pensão provisória de 451 980\$ (quatrocentos e cinquenta e um mil novecentos e oitenta escudos), sujeita à rectificação calculada nos termos dos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 152/75, e correspondente a 40 anos de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º, do Estatuto do Funcionalismo.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, divisão 3.ª, código 1.2 do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Novembro de 1989),

Despachos do Camarada Director-Geral de Saúde:

De 1 de Agosto de 1989:

Luizete Prudência Soares Duarte, técnica profissional de 1.º nível, 1.ª classe, prestando serviço no PMI/PF da Ribeira Grande, Santo Antão — concedidos 120 dias de licença registada, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1989.

De 25 de Setembro:

Eunice Any Antunes, técnica de 3.ª classe, do quadro da Direcção-Geral de Saúde, em serviço no Hospital «Dr. Agostinho Neto» — concedido 30 dias de licença registada, com início a partir do dia 25 de Outubro de 1989.

De 26:

Maria dos Reis Delgado Almada, auxiliar de 2.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, em serviço na Unidade da PMI/PF, do Porto Novo — transferida a seu pedido para a de S. Vicente.

(Anotados pelo Tribunal de Contas em 23 de Outubro de 1989).

De 28:

Vitalina Júlia Pires, auxiliar de 3.ª classe, da Direcção-Geral de Saúde, em serviço na PMI/PF, de S. Vicente — concedido 60 dias de licença registada, a seu pedido, com início no dia 7 de Outubro do corrente ano. —

(Anotado pelo Tribunal de Contas em 13 de Outubro de 1989).

Despacho do Camarada Director do Hospital Central da Praia:

De 28 de Outubro de 1989:

José Maria Tavares Moniz, técnico auxiliar de 1.ª classe, assalariado, do Instituto Nacional das Cooperativas — homologado o parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 26 de Outubro de 1989, que é do seguinte teor:

«Que sejam consideradas justificadas as faltas dadas ao serviço no período de 22 de Julho a 5 de Agosto de 1989. Apto a retomar as suas actividades».

Deliberação do Conselho Deliberativo da Praia:

De 20 de Abril de 1989:

Humberto Horta Fernandes, fiscal de 2.ª classe, provisório dos Serviços da Administração, Urbanismo e Obras do Secretariado Administrativo da Praia — nomeado, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 3.º, artigo 34.º, n.º 1 do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal de Contas em 6 de Outubro de 1989).

Lista provisória por ordem alfabética dos candidatos admitidos ao concurso de provas práticas para preenchimento de vagas de escriturários-dactilógrafos de 2.ª classe do quadro do Ministério dos Transportes, Comércio e Turismo, aberto no anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 35 de 2 de Setembro de 1989, homologado por despacho do Camarada Ministro em 18 de Setembro de 1989.

Escriturários-dactilógrafos:

Admitidos:

Aldina Medina Pires.
Ana Maria Nascimento Cardoso.
Angelino Lopes Antunes.
Celeste Aquilina Pereira Lima Rosa.
Domingas Mendes Pereira.
Elsa Maria do Nascimento da Costa.
Etelvina Almeida Santos.
Fernando Lima de Pina.
Fernanda Maria Garcia Andrade.
Ilda Silva Mascarenhas.
Imilita Tavares de Oliveira.
Jaqueline Rocha Barbosa a) e b).
Juliana Gonçalves de Pina.
Maria Gomes Coronel.
Maria Isabel Araújo G. B. Cardoso.
Maria de Jesus F. Lima.
Maria de Lourdes Lopes Brito.
Maria Manuela Nascimento Antunes.
Suzete Lopes.

a) Falta entregar Certidão Narrativa Completa.
b) Falta entregar Certificado de Habilitações Literárias.

Lista provisória por ordem alfabética dos candidatos admitidos ao concurso de provas práticas para preenchimento de vagas de 3.ª oficiais do quadro do Ministério dos Transportes, Comércio e Turismo, aberto por anúncio publicado no *Boletim Oficial* n.º 34 de 26 de Agosto de 1989, homologado por despacho do Camarada Ministro de 18 de Setembro de 1989.

Para 3.ª oficiais:

Admitidos:

Alexandre Medina Pires.
Antonieta Araújo Gomes Brandão.
Armando J. de Pina.
César Augusto de Azevedo Pereira b).
Domingas Mendes Fernandes Moreno.
Elsa Helena Pereira Almeida.
Elisa Piedade da Silva.
Fermíno Lopes Sanches.
Isolina Lopes Tavares a).

José Luis Lopes Costa.
 Maria Antónia Moreno Horta Tavares.
 Maria Fernanda Gomes B. Fernandes.
 Maria Fernanda Monteiro Semedo.
 Virgínia Rosa Silva L. de Pina.

- a) Falta entregar Certidão Narrativa Completa.
 a) Falta entregar Certificado de Habilitações Literárias.

COMUNICAÇÕES

Para os devidos efeitos se comunica que foi visado pelo Tribunal de Contas em 13 de Novembro de 1989, o contrato de prestação de serviço de Laura Pastori, professora de 3.º nível, 3.ª classe, do Liceu do Sal, publicado no *Boletim Oficial* n.º 2/89.

Para os devidos efeitos se comunica que foram designados os assessores da comissão de Litígios de Trabalho de Barlavento para o ano de 1989/91, os seguintes indivíduos:

Daniel Crato Monteiro.
 José Moreira Pinto.
 Augusto Bernardo Évora.
 Manuel Brandão Leite.
 Pedro Sousa Almeida.

Para os devidos efeitos, se comunica que Mário Ludgero Correia, Procurador Sub-Regional de 3.ª classe, definitivo do quadro da Magistratura do Ministério Público, que se encontrava a prestar serviço no Ministério de Informação, Cultura e Desportos, aonde havia seguido em comissão como Secretário do Ministro, regressou aos serviços da Justiça a 1 de Outubro de 1989.

Para os devidos efeitos se comunica que o extracto de contrato de prestação de serviço do engenheiro Daniel Alexandre Delgado Horta, publicado no *Boletim Oficial* n.º 44/89, de 4 de Novembro, foi visado pelo Tribunal de Contas, em 26 de Outubro de 1989.

Para os devidos efeitos se comunica que foi visado pelo Tribunal de Contas, em 13 de Novembro de 1989, o contrato de prestação de serviço, de António Narciso da Graça, professor de 3.º nível, 3.ª classe, da Escola Secundária — «Olavo Moniz», publicado no *Boletim Oficial* n.º 2/89.

Para os devidos efeitos se comunica aos candidatos ao concurso de provas práticas para preenchimento de vagas existentes na Estação Meteorológica da Praia que as provas práticas terão lugar no próximo dia 22 do corrente mês, (Quarta-Feira) pelas 16h00 horas na referida Estação Meteorológica.

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 34/89, de 26 de Agosto, a lista de classificação final dos candidatos ao concurso de provas escritas para preenchimento de vagas de escriturários-dactilógrafos principal e de 1.ª classe, do quadro de pessoal do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais, se rectifica o seguinte:

Onde se lê:

2. Armindo Gomes do Nascimento.

Deve ler-se:

2. Arminda Gomes dos Santos Lopes do Nascimento.

Por ter sido publicado de forma inexacta no Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 40/89, pág. 8 de 13 de Outubro de 1989, a revalidação de prestação de serviço, respeitante a Laura Pastori, professora do 3.º nível, 3.ª classe, da Escola Secundária «Olavo Moniz», de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Laura Santos Almeida.

Deve ler-se:

Laura Pastori.

Direcção de Serviços dos Recursos Humanos da Direcção-Geral da Administração Pública na Praia, 15 de Novembro de 1989. — O Director de Serviços, José Jorge Lisboa da Costa Santos, director de 1.ª classe.

—o—

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E URBANISMO

Direcção-Geral da Administração Local

DECLARAÇÃO

Nos termos do número 2 do artigo 26.º do Decreto n.º 47/80, de 2 de Julho, com a nova redacção dada pelo Decreto n.º 17/84, de 18 de Fevereiro faz-se publicar que, por despacho do Camarada Ministro da Administração Local e Urbanismo de 21 de Outubro de 1989 foi confirmada a deliberação do Conselho Deliberativo do Porto Novo, de 30 de Agosto de 1989, que autoriza a seguinte abertura de crédito especial, no valor de 1 736 240\$:

Para reforço das seguintes verbas:

Despesas ordinárias:

Capítulo 1.º — Serviços gerais.

Despesas correntes:

Artigo 6.º — Deslocações	30 000\$00
Artigo 7.º — Telefones individuais... ..	5 500\$00
Artigo 10.º — Alimentação e alojamento compensação de encargos	20 000\$00
Artigo 12.º — Bens não duradouros.	
Número 1 — Combustíveis e lubrificantes	55 000\$00
Número 3 — Seguro de material ...	12 740\$00
Artigo 14.º — Despesas gerais de funcionamento.	
Número 1 — Encargos próprios das instalações	18 000\$00

Despesas de capital:

Artigo 18.º — Investimentos:

Número 1 — Edifícios:

b) Remodelação e ampliação da Pousada Municipal (continuação)... .. 500 000\$00

Número 2 — Construções diversas:

e) Calçamento e conservação das ruas... .. 20 000\$00

Número 4 — Material de transporte ... 150 000\$00

Número 5 — Maquinarias e equipamentos... .. 700 000\$00

Capítulo 2.º — Serviços de Abastecimento de Água:

Despesas correntes:

Artigo 19.º — Vencimentos e salários:

Número 2 — Salário do pessoal eventual 25 000\$00

Capítulo 3.º — Serviços de Produção e Distribuição de Energia Eléctrica:

Artigo 24.º — Bens não duradouros:

Número 1 — Combustíveis e lubrificantes 200 000\$00

Total 1 736 240\$00

Para compensação do referido crédito especial é efectuada a seguinte alteração no orçamento do Secretariado Administrativo do Paúl em execução:

Capítulo 8.º — Outras receitas correntes:

Artigo 39.º/A — Saldo orçamental em depósito no Banco de Cabo Verde. 1 736 240\$00

Total 1 736 240\$00

Direcção-Geral da Administração Local, na Praia, 24 de Outubro de 1989.—O Director-Geral, *Daniel Henrique Cardoso Mendes*.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Sub-delegação no Concelho de Santa Catarina

AVISO

Nos termos do artigo 63.º do Estatuto dos agentes da Administração Pública, é citada a senhora Eduarda Monteiro Tavares, serventa da Escola do Ensino Básico Complementar dos Picos, ausente em parte incerta dos Estados Unidos da América do Norte, a apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do oitavo dia posterior à data da publicação deste aviso no jornal «Voz di Povo» e *Boletim Oficial*, a sua defesa sobre o processo disciplinar por abandono de lugar, achando-se a nota de culpa à sua disposição na Secretaria da Sub-Delegação no concelho de Santa Catarina.

Sub-Delegação do Ministério da Educação no concelho de Santa Catarina, aos 7 de Setembro de 1989.—*Carlos Jorge Rodrigues Spinola* — Delegado do Ministério na ilha de Santiago.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL E URBANISMO

Direcção-Geral de Administração Local

Secretariado Administrativo do Fogo

AVISO

Nos termos do n.º 3 do artigo 82.º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, é notificado o zelador da Direcção-Geral da Administração Local, Renato Jorge Macedo Lopes, ausente em parte incerta dos Estados Unidos da América do Norte, de que foi-lhe aplicada a pena de demissão, na sequência do processo disciplinar, por abandono de lugar, que vinha correndo os seus trâmites, conforme despacho de 21 de Julho de 1989, do Ministro da Administração Local e Urbanismo, podendo o arguido, no prazo de 60 (sessenta) dias após a publicação deste aviso, impugnar a pena imposta ou requerer a reabertura do processo.

Secretariado Administrativo do Fogo, em S. Filipe, 2 de Outubro de 1989.—O Instrutor, *António Aires dos Reis Borges*.

Conselho Nacional de Águas

Junta dos Recursos Hídricos

AVISO

Nos termos do artigo 81.º do Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública, é citada a senhora Ângela Maria Correia Carvalho Silva, técnica de administração de 2.ª classe do quadro provisório do Ministério do Desenvolvimento Rural e Pescas, ora em serviço na Direcção-Geral da Junta dos Recursos Hídricos, ausente em parte incerta dos Estados Unidos da América do Norte, a apresentar, no prazo de trinta dias, a contar do oitavo dia posterior à data da publicação deste aviso, a sua defesa escrita sobre o processo disciplinar por abandono de lugar, que corre seus trâmites na Direcção-Geral dos Recursos Hídricos.

Secção de Pessoal da Direcção-Geral da Junta dos Recursos Hídricos, na Praia, aos 10 de Outubro de 1989.—O Instrutor, *António Avelino Mendes de Barros*.

Instituto Nacional das Cooperativas

Extracto dos Estatutos da Cooperativa «Solidariedade Habitacional»:

É constituída e será regida pelos Estatutos, regulamento interno e pelas disposições aplicáveis às organizações cooperativas uma Cooperativa de Habitação denominada «Solidariedade Habitacional» e durará por tempo indeterminado a contar da data em que a Assembleia Geral constitutiva aprove os Estatutos.

A Cooperativa tem a sua sede na vila da Ribeira Grande, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, ilha de Santo Antão.

A cooperativa aceita como seus, os objectivos do cooperativismo consagrados no artigo 7.º da Lei das Bases Gerais das Cooperativas e fixa ainda os seguintes:

- a) Procurar financiamento para construção das habitações;
- b) Organizar e orientar as contribuições dos sócios;
- c) Exercer o direito de propriedade sobre as habitações até à sua integral amortização pelos sócios;
- d) Zelar pela conservação dos prédios e demais bens que lhe estejam afectados;
- e) Administrar os recursos materiais, técnicos e financeiros ao seu dispôr.

O capital da Cooperativa é de 18 000\$ (dezoito mil escudos). É variável, sendo 2 000\$ (dois mil escudos), a parte social de cada membro.

A Cooperativa é representada em juízo e fora dele, pelo presidente do Conselho de Direcção.

A responsabilidade de cada membro é limitado no valor de 40 000\$ (quarenta mil escudos).

A Cooperativa encontra-se registada sob o n.º 155 a fls. 155/89, do Livro de «Matriculas».

Instituto Nacional das Cooperativas, na Praia, 17 de Outubro de 1989. — O Presidente, *Cândido Santana*.

(179)

Extracto dos Estatutos de Estudos e Promoção Empresarial «PROEMPRESA»:

É constituída e será regida pelos Estatutos, regulamento interno e pelas disposições aplicáveis às organizações cooperativas, uma cooperativa de consumo denominada Cooperativa de Estudos e Promoção Empresarial — «PROEMPRESA», e durará por tempo indeterminado a contar da data em que a Assembleia Geral constitutiva aprove os Estatutos.

A Cooperativa tem a sua sede na Cidade da Praia, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia.

A cooperativa aceita como seus, os objectivos do cooperativismo consagrados no artigo 7.º da Lei das Bases Gerais das Cooperativas e fixa ainda os seguintes:

- a) Apoiar tecnicamente a criação do Sector Social e Comunitário;
- b) Apoiar o sector cooperativo na melhoria do nível da sua organização e na elevação do nível da sua capacidade técnica de contabilidade e gestão;
- c) Realizar estudos da natureza económica, financeira, institucional e jurídica, visando a promoção de projectos industriais nacional e estrangeiros;
- d) Conjuguar acções com a comunidade emigrada em ordem à aplicação das suas poupanças em projectos viáveis económica e financeiramente;
- e) Identificar, produzir e promover a operacionalização de ideias e tecnologias nos domínios da economia social e empresarial;
- f) Elaborar, analisar e executar programas e projectos de desenvolvimento económico e social;
- g) Prestar serviços às pequenas e médias unidades económica nas áreas de Contabilidade de Auditoria, Gestão, Informática, Institucional e Jurídica;
- h) Prestar assessoria às empresas nos domínios jurídicos e de gestão;
- i) Colaborar com outras organizações vocacionadas para o desenvolvimento económico e social;
- j) Tudo o mais que for incumbido pela Assembleia Geral.

O capital da Cooperativa é de 70 000\$ (setenta mil escudos). É variável, sendo 10 000\$ (dez mil escudos) a parte social de cada membro.

A Cooperativa é representada em juízo e fora dele, pelo presidente do Conselho de Direcção.

A responsabilidade de cada membro é limitado no valor de 200 000\$ (duzentos mil escudos).

A Cooperativa encontra-se registada sob o n.º 154 a fls. 154 do Livro de «Matricula».

Instituto Nacional das Cooperativas, na Praia, 30 de Setembro de 1989. — O Presidente, *Cândido Santana*.

(180)

Extracto dos Estatutos da Cooperativa de Consumo «Nós Kú Nós»:

É constituída e será regida pelos Estatutos, regulamento interno e pelas disposições aplicáveis às organizações cooperativas, uma cooperativa de consumo denominada «NÓS KÚ NÓS» e durará por tempo indeterminado a contar da data em que a Assembleia Geral constitutiva aprove os Estatutos.

A cooperativa tem a sua sede em Campanas de Baixo, Freguesia de S. Lourenço, concelho do Fogo.

A cooperativa aceita como seus, os objectivos do cooperativismo consagrados no artigo 7.º da Lei das Bases Gerais e fixa ainda os seguintes:

- a) Beneficiar os seus cooperadores com a distribuição de bens de consumo, de utilidade doméstica e de uso corrente e factores de produção, em condições favoráveis de preço e qualidade;
- b) Aumentar o poder de compra real dos seus cooperadores, e contribuir pela melhoria das suas condições de vida e dos respectivos agregados familiares;
- c) Garantir a comercialização dos eventuais excedentes de produção dos seus membros;
- d) Estimular a prática de poupança e crédito com vista a libertar os seus membros do crédito usurário e a apoiá-los nos seus esforços de produção;
- e) Contribuir e participar em acções e programas que visem a formação cooperativista, capacitação profissional e técnica dos seus membros, a vulgarização agrícola e a divulgação dos princípios de dieta alimentar e de economia familiar;
- f) Zelar pela promoção continua dos seus membros do ponto de vista cultural, social e económico.

O capital da cooperativa é de 55 900\$ (cinquenta e cinco mil e novecentos escudos). É variável sendo 1 000\$ (mil escudos) a parte social de cada membro.

A cooperativa é representada em juízo e fora dele, pelo Presidente do Conselho de Direcção.

A responsabilidade de cada membro é limitado no valor de 20 000\$.

A cooperativa encontra-se registada sob o n.º 151 a fls. 151/89 do livro de «Matricula».

Instituto Nacional das Cooperativas, na Praia, 30 de Setembro de 1989. — O Presidente, *Cândido Santana*.

(181)

Extracto dos Estatutos da Cooperativa de Consumo «Luar»:

É constituída e será regida pelos Estatutos, regulamento interno e pelas disposições aplicáveis às organizações cooperativas, uma cooperativa de consumo denominada «Luar» e durará por tempo indeterminado o contar da data em que a Assembleia Geral constitutiva aprove os Estatutos.

A cooperativa tem a sua sede em Lagariça, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho do Fogo.

A cooperativa aceita como seus, os objectivos do cooperativismo consagrados no artigo 7.º da Lei das Bases Gerais e fixa ainda os seguintes;

- Beneficiar os seus cooperadores com a distribuição de bens de consumo, de utilidade doméstica e de uso corrente e factores de produção, em condições favoráveis de preço e qualidade;
- Aumentar o poder de compra real dos seus cooperadores, e contribuir pela melhoria das suas condições de vida e dos respectivos agregados familiares;
- Garantir a comercialização dos eventuais excedentes de produção dos seus membros;
- Estimular a prática de poupança e crédito com vista a libertar os seus membros do crédito usurário e a apoiá-los nos seus esforços de produção;
- Contribuir e participar em acções e programas que visem a formação cooperativista, capacitação profissional e técnica dos seus membros, a vulgarização agrícola e a divulgação dos princípios de dieta alimentar e de economia familiar;
- Zelar pela promoção continua dos seus membros do ponto de vista cultural, social e económico.

O capital da cooperativa é de 40 000\$ (quarenta mil escudos). É variável sendo 1 000\$ (mil escudos) a parte social de cada membro.

A cooperativa é representada em juízo e fora dele, pelo presidente do Conselho de Direcção.

A responsabilidade de cada membro é limitado no valor de 20 000\$.

A cooperativa encontra-se registada sob o n.º 150 a fls. 150/89 do livro de «Matrícula».

Instituto Nacional das Cooperativas, na Praia, 30 de Setembro de 1989. — O Presidente, *Cândido Santana*.

(182)

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos Notariado
e Identificação

Cartório Notarial da Região
de 1.ª Classe da Praia

Notário: **JORGE RODRIGUES PIRES**

EXTRACTO

Certifico narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas n.º 49/B, de folhas 91 a 92, se encontra exarada uma escritura de aumento de capital da sociedade por quotas de responsabilidade limitada, denominada «ORBITUR — Agência de Viagens e Turismo, Ld.ª», com sede nesta cidade da Praia.

Que, em virtude do mencionado aumento de capital efectuado pela referida escritura, alteraram o artigo quarto do respectivo pacto social:

Artigo Quarto

O capital social, integralmente subscrito e realizado em património é de cinco milhões de escudos e corresponde ao valor total das quotas dos sócios:

Maria do Espírito Santo Lima Melo Oliveira
Lima, dois milhões de escudos.

Silvino de Oliveira Lima, dois milhões de escudos.
Paula Adélia Melo de Oliveira Lima, quinhentos mil escudos; e

Sílvio Augusto Melo de Oliveira, Lima, quinhentos mil escudos.

Está conforme o original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da aos dois dias do mês de Novembro de mil novecentos e oitenta e nove. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Art.º 18.º n.ºs 1 e 2	60\$00
Cofre Geral... ..	6\$00
Reembolso	3\$00

Selos 45\$00 = 114\$00

(Cento e catorze estudos). — Conferida por *Joaquim Rodrigues*. Registada sob o número 8 465/89.

(183)

ALUCAR — Empresa, de Aluguer de Automóveis SARL

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, são convocados todos os accionistas da ALUCAR — Empresa de Aluguer de Automóveis, SARL — para uma reunião na sede social em S. Vicente, no próximo dia 23 de Novembro pelas 20 horas, com a seguinte ordem do dia.

- Análise e aprovação das contas do exercício de 1988;
- Diversos.

No caso de a assembleia não poder, por qualquer motivo, funcionar na data acima indicada, fica a mesma reunião, desde já, convocada para o dia 28 do mesmo mês, à mesma hora e no mesmo local.

Mindelo em S. Vicente, aos 30 de Outubro de 1989. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *João Leão*.

(184)

SILMAC, SARL — Sociedade de Segurança Industrial, Marítima e Comercial ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Nos termos legais e estatutários, são convocados os senhores accionistas a reunirem-se em Assembleia Geral, no próximo dia 27 de Novembro corrente pelas 20 horas na sede da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Barlavento sita na ex-rua de Lisboa desta cidade do Mindelo com a seguinte ordem de trabalho:

- Discutir e aprovar o relatório, balanço e contas do Conselho de Administração referentes ao exercício de 1988;
- Eleição de novos corpos sociais; e
- Diversos.

Mindelo, 6 de Novembro de 1989. — O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Lúcio Spencer*.

(185)

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. COMÉRCIO E TURISMO

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 49/88

Ao abrigo do disposto nas Bases Gerais das Empresas Públicas;

Ouvindo o Ministro Adjunto do Ministro das Finanças;

- Aprovo o Relatório e as Contas dos TACV — Empresa Pública dos Transportes Aéreos de Cabo Verde, E.P. referentes ao exercício de 1987.
- Sejam publicados no *Boletim Oficial*, o Relatório, as Contas e este despacho.

Ministério dos Transportes, Comércio e Turismo, 20 de Dezembro de 1988. — O Ministro, *Oswaldo Lopes da Silva*.

Código das contas	ACTIVO	Activo bruto	Provisões amortizações e reintegrações	Activo líquido	Código das contas	PASSIVO	Passivo e situação líquida
	Disponibilidade:					Débitos a curto prazo:	
11	Caixa...	28 916 260\$30		28 916 260\$30	211	Cientes, c/c ...	18 019 512\$80
12	Depósito à ordem...	219 459 124\$10		219 459 124\$10	221	Fornecedores, c/c...	111 330 190\$80
		248 375 384\$40		248 375 384\$40	237	Emprést. do Estado e out. ent. públicas ...	36 256 391\$00
	Créditos a curto prazo:				24	Sector Público Estatal ...	7 853 911\$00
14	Depósitos a prazo ...	11 510 968\$70		11 510 968\$70	256	Estado e out. ent. púb. c/resultados ...	22 100 387\$30
211+216	Clientes c/gerais ...	188 644 360\$70	9 432 218\$00	179 212 142\$70	261	Credores por fornec. de imob., c/c ...	39 214 015\$50
224	Fornecedores, c/cauções ...	1 375 950\$00		1 375 950\$00	264/9	Outros credores gerais ...	75 405 844\$80
229	Adiantamentos a fornecedores...	718 338\$70		718 338\$70	28	Provisões p/impostos s/lucros ...	3 384 881\$00
233+234	Outros empréstimos concedidos ...	7 498 603\$70		7 498 603\$70	292	Provisões para riscos e encargos ...	3 119 049\$80
26	Outros devedores...	95 551 757\$60	2 966 684\$00	92 585 073\$60			316 684 184\$00
	Existências:	305 299 979\$40	12 398 902\$00	292 901 077\$40		Proveitos antecipados:	
36	Matérias-primas subsid. e de cons. ...	94 707 010\$80	9 470 701\$10	85 236 309\$70	27	Receitas antecipadas ...	166 093 834\$20
		94 707 010\$80	9 470 701\$10	85 236 309\$70		Total do passivo ...	482 778 018\$20
	Imobilizações financeiras:					SITUAÇÃO LÍQUIDA	
411	Participações do capital em assoc. ...	4 894 120\$00		4 894 120\$00	52	Capital e prestações suplementares:	
419	Outras imobilizações financeiras ...	392\$90		392\$90		Capital estatutário ...	150 000 000\$00
		4 894 512\$90		4 894 512\$90		Reservas:	
	Imobilizações corpóreas:					Reserva geral...	23 770 000\$00
422	Edifícios e out. construções ...	97 929 254\$50	7 361 097\$70	90 568 156\$80	551	Reserva para melhoramentos ...	7 000 000\$00
423	Equip. básico e out. máq. e instal. ...	474 041 019\$00	393 638 936\$50	80 402 182\$50	552	Reservas para fins sociais ...	7 000 000\$00
424	Ferramentas e utensílios ...	6 528 993\$70	5 458 439\$70	1 070 554\$00	553	Reserva para investimentos ...	59 632 768\$70
425	Material de carga e transporte ...	22 025 069\$50	6 351 153\$10	15 673 916\$40	564	Reserva p/créditos de cobrança duvidosas ...	10 000 000\$00
426	Equipamento administ. social e mobiliário diverso ...	31 295 077\$00	14 362 868\$70	16 932 208\$30	565	Reserva de avaliação de imobilizações ...	143 961 847\$40
		631 819 413\$70	427 172 395\$70	204 647 018\$00	57		251 364 616\$10
	Imobilizações em curso:					Resultados transitados:	
449	Imobilizações c/adiantamento ...	6 211 000\$00		6 211 000\$00	595	Exercícios de 1986 ...	8 455 930\$60
	Custos antecipados:	6 211 000\$00		6 211 000\$00	88	Resultados líquidos:	
471	Conservação plurienal...	23 614 536\$50		23 614 536\$50		Resultados correntes do exercício ...	-29 132 258\$30
479	Custos plurienais diversos ...	12 179 126\$00		12 179 126\$00		Resultados extraordin. do exercício ...	-3 254 080\$50
		35 793 662\$50		35 793 662\$50		Resultados de exercícios anteriores ...	17 836 738\$80
	Total das provisões ...		21 869 603\$10			Result. antes dos impostos...	-14 539 600\$00
	Total das amortizações e reintegrações ...		427 172 395\$70			Provisões p/impostos s/os lucros ...	—\$—
	Total do activo...	1 327 100 963\$70	449 041 998\$80	878 058 964\$90		Result. líq. depois dos imp, ...	-14 539 600\$00
						Total da situação líquida ...	395 280 946\$70
						Total do passivo e da situação líquida.	878 058 964\$90

Demonstração dos resultados líquidos — Ano de 1987

Código das contas				Código das contas			
	Existências iniciais:						
36	Matérias primas, subsidiárias e de consumo... ..		91 366 550\$00	72	Prestação de serviço	984 094 786\$80	
31	Compras:			75	Receitas suplementares... ..	1 891 792\$60	985 986 579\$40
312	Matérias primas, subsidiárias e de consumo... ..		34 971 743\$70	77	Receit. de aplic. financeiras ...	538 865\$90	
38	Regularização de existência;			78	Outras receitas... ..	4 713 194\$80	5 252 060\$70
386	Matérias primas, subsidiárias e de consumo... ..		- 4 649 107\$10		(B)		
36	Existências finais:			82	Ganhos extraordinários do exercício	22 635 152\$90	
365	Matérias primas, subsidiárias e de consumo... ..		-94 707 010\$80	83	Ganhos de exercícios anteriores.	27 198 585\$50	49 833 738\$40
61	Custo de existências vendidas e consumidas:						
612	Matérias primas, subsidiárias e de consumo... ..	26 982 175\$80	26 982 175\$80				
63	Fornecimentos e serviços de terceiros	651 658 564\$50					
641	Impostos indirectos... ..	6 658 543\$90	658 317 108\$40				685 299 284\$20
642	Impostos directos	74 804\$90					
65	Despesas com o pessoal	220 056 208\$70					
66	Despesas financeiras	1 330 321\$10					
67	Outras despesas e encargos	3 336 248\$90	224 797 583\$60				
68	Amortizações e reintegrações do exercício... ..	106 810 934\$10					
69	Provisões do exercício... ..	3 453 096\$50	110 264 030\$60				335 061 614\$20
	(A)						1 020 360 898\$40
82	Perdas extraordinárias do exercício.		25 889 233\$40				
83	Perdas de exercícios anteriores... ..		9 361 846\$70				35 251 080\$10
	Resultados líquidos						(14 539 600\$00)
							1 041 072 378\$50

Resultados correntes do exercício = (B) - (A) = 991 238 640\$10 - 1 020 360 898\$40 = - 29 122 258\$30

Variações dos elementos dos fundos circulantes — Ano de 1987

Activas			Passivas		
Aumentos de existências:			Redução de créditos curto prazo:		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		3 340 460\$80	Clientes c/gerais	33 559 933\$90	
Aumentos de cré. a curto prazo:			Adiantamentos a fornecedores	2 970 705\$50	
Fornecedores, c/cauções ...	1 375 950\$00		Outros devedores	13 471 002\$20	50 001 641\$60
Outros empréstimos concedidos	995 038\$30		Aumento de débitos a curto prazo		
Depósito a prazo	11 510 968\$70	13 881 957\$00	Fornecedores, c/c	8 081 985\$20	
Redução de débitos a curto prazo:			Emprest. Estado e outras entidades públicas... ..	34 274 375\$30	
Clientes, c/c	6 083 063\$20		Estado e out. ent. púb., c/resultados	22 100 387\$30	
Empréstimos bancários... ..	3 260 802\$50		Credores por fornec. de imobilizado c/c	39 214 015\$50	
Sector público estatal	6 011 823\$10	15 395 688\$80	Outros credores, c/gerais ...	6 448 007\$40	
Aumentos de disponibilidades:			Proveitos antecipados	66 818 602\$90	176 937 373\$30
Caixa	16 909 202\$10				
Depósitos à ordem	66 997 596\$60	83 906 798\$70			
Redução dos fundos circulantes		110 454 109\$60			
		226 939 014\$90			226 939 014\$90

Mapa de origem e aplicação de fundos — Ano de 1987

Origem dos fundos			Aplicação dos fundos		
Internas:			Distribuição:		
			Por aplicação de resultados...	22 100 387\$30	22 100 387\$30
Amortizações e reintegrações do exercício... ..	106 810 934\$10		Redução da situação líquida:		
Variação das provisões... ..	(5 214 174\$90)	101 596 759\$20	Resultados líquidos (prejuízo)	14 539 600\$00	14 539 600\$00
Redução dos fundos circulantes.		110 454 109\$60	Movimento financ. a médio e longo prazos:		
			Imobilizações financeiras:		
			Participações de capital em associadas	4 894 120\$00	
			Outras imob. financeiras ...	392\$90	4 894 512\$90
			Investimentos:		
			Aquisição de imobilizações:		
			Edifícios e outras construções... ..	68 229 835\$00	
			Equip. básicos e outras máquinas e instalações... ..	39 887 074\$50	
			Ferramentas e utensílios ...	741 878\$00	
			Material de car. e transporte.	5 542 835\$50	
			Equip. adm. social e mob. diversos	7 287 281\$70	
			Imobilizações em curso ...	10 000 000\$00	
			Custos plurienais	38 827 463\$90	170 516 368\$60
		212 050 868\$80			212 050 868\$80

Demonstração dos resultados extraordinários do exercício — Ano 1987

Código das contas			Código das contas		
827	Multas e outras penalidades legais:				
827.01	Multas fiscais... ..		824	Reposições e anulações de provisões.	8 667 271\$40
		7 856\$40			
828	Perdas extraordinárias diversas:		829	Ganhos extraordinários diversos:	
828.01	Perdas anormais em existências ...	6 635 228\$70	829.01	Ganhos anormais em existências ...	1 961 409\$60
828.02	Créditos incobráveis	1 538 400\$30	829.6	Diferenças de câmbios favoráveis ...	11 697 736\$90
828.06	Diferenças de câmbios desfavoráveis.	16 071 248\$60	829.09	Ganhos extraordinários não especificados... ..	<u>308 735\$00</u>
828.07	Penalidades contratuais sofridas ...	176 403\$00			13 967 881\$50
828.08	Donativos e quotizações não obrigatórias	491 905\$90			
828.09	Perdas extraordinárias não especificadas	<u>968 190\$50</u>			
		25 881 377\$00			
	Resultados extraordinários de exercícios				
		(3 254 080\$50)			
		<u>22 635 152\$90</u>			<u>22 635 152\$90</u>

Demonstração dos resultados de exercícios anteriores — ano de 1987

Código das contas			Código das contas		
838	Outras perdas imputáveis a exercícios anteriores	9 361 846\$70	839	Outros ganhos imputáveis a exercícios anteriores	27 198 585\$50
	Resultados de exercícios anteriores...	17 836 738\$80			
		<u>27 198 585\$50</u>			<u>27 198 585\$50</u>

ANEXO DO BALANÇO E A DEMONSTRAÇÃO

DE RESULTADOS

EXERCÍCIO DE 1987

1. Os valores globais dos débitos, créditos e imobilizações financeiras representativas das relações com o estrangeiro, em 31 de Dezembro de 1987, tinham a seguinte configuração:

Débitos...	73 147 547\$90
Créditos...	90 040 429\$00
Imobilizações financeiras...	4 894 512\$90

Total ... 168 082 489\$80

2. As compras e vendas ao estrangeiro, durante o ano de 1987, apresentaram-se da seguinte forma:

A — Compras:

1. Serviços a)	402 583 050\$80
2. Existências	32 661 849\$20
3. Imobilizado	35 276 431\$50

Total ... 470 521 331\$50

a) 22 046 255\$30 foram levados a conservação plurienal.

B — Vendas:

1. Serviços regulares	308 290 055\$80
2. Serviços diversos b)	120 829 597\$00

Total ... 429 119 652\$80

b) Assistência a terceiros e comissões de passagem e carga.

3. Em 31 de Dezembro de 1987, não havia qualquer crédito (débito de sócios e accionistas) representativo de subscrição de capital ou de adiantamentos por conta de lucros.

4. As existências foram valorizadas ao preço de custo, à semelhança dos exercícios anteriores.

5. Todos os restantes elementos patrimoniais foram registados pelo custo de aquisição, com excepção das disponibilidades em moedas estrangeiras, para as quais se teve em consideração o câmbio oficial (BCV) à data de 31 de Dezembro de 1987. Para expressar em moeda nacional,

os elementos originalmente expressos em moeda estrangeira, foram utilizados os câmbios oficiais (BCV) à data de cada uma das operações.

6. Os créditos de cobrança duvidosa estão registados na conta 216 — «Clientes de cobrança duvidosa», no valor de 7 378 286\$.

7. Os créditos sobre o pessoal, em 31 de Dezembro de 1987, representavam a quantia de 6 705 464\$20, havendo um débito de 17 641\$.

8. Durante o exercício, a Empresa empregou um número médio de 532 pessoas.

9. As despesas com o pessoal totalizaram a quantia de 220 056 208\$70, assim distribuídos:

Ordenados e salários	132 253 322\$20
Remunerações adicionais	52 731 012\$90
Encargos s/remunerações	21 809 690\$60
Outras despesas c/pessoal	13 262 183\$00

Total ... 220 056 208\$70

10. Em 31 de Dezembro de 1987, a Empresa não possuía quaisquer existências em poder de Terceiros.

11. No cálculo das Amortizações e reintegrações do Exercício foi utilizado o método das quotas constantes, à semelhança do que vem sendo feito ao longo dos exercícios precedentes.

12. Não houve alteração do capital durante o Exercício.

13. O Estado participa com 100% do capital da Empresa.

14. Não há qualquer participação estrangeira no capital da Empresa.

15. A Empresa não possui quaisquer responsabilidades e/ou compromissos financeiros que não estejam incluídos no Balanço.

16. As vendas da Empresa (Prestações de Serviços), em 1987, totalizaram 984 094 786\$80 assim distribuídos:

Serviço regular	839 212 246\$30
Serviço não regular	24 052 943\$50
Serviços diversos (Assist. Terc.)	220 829 597\$00

Total ... 984 094 786\$80

Anexo do balanço e à demonstração de resultados

Ano de 1987

Nota 17	Mapa de variação do imobilizado							Valor no início do ano	
	Imobilização	Valor no início do ano	Movimentos do ano						Valor no início do ano
			Aquisições	Reavaliações	Transf. de obras em curso	Abates e alienações	Correcções		
1. Corpóreas:									
Edifícios e outras construções	17 248 419\$50	68 229 835\$00		12 451 000\$00			80 680 835\$00	97 929 254\$50	
Equipamentos básicos	434 153 944\$50	39 887 074\$50		—			39 887 074\$50	474 041 019\$00	
Ferramentas e utensílios	5 787 115\$70	741 878\$00		—			741 878\$00	6 528 993\$70	
Material de carga e transporte	10 271 234\$00	5 542 855\$50		6 211 000\$00			11 753 835\$50	22 025 069\$50	
Equip. administrativo, etc.	24 007 795\$30	7 287 281\$70		—			7 287 281\$70	31 295 077\$00	
Subtotal (1)	491 468 509\$00	121 688 904\$70		18 662 000\$00			140 350 904\$70	631 819 413\$70	
2. Imob. em curso:									
Imóv. em const. e/ou ampliação	2 451 000\$00	10 000 000\$00		(12 451 000\$00)			(2 451 000\$00)	—	
Outras imobilizações	1 406 981\$40	—		(1 486 981\$40)			(1 486 981\$40)	—	
Imob. c/adiantamentos	12 422 000\$00	—		(6 211 000\$00)			(6 211 000\$00)	6 211 000\$00	
Subtotal (2)	16 359 981\$40	10 000 000\$00		(20 148 981\$40)			(10 148 981\$40)	6 211 000\$00	
Total parcial	507 828 490\$40	131 688 904\$70		(1 486 981\$40)			130 201 923\$30	638 030 413\$70	
3. Custos pluriennais									
Conservação plurienal	42 447 579\$50	22 046 255\$30				(40 879 298\$30)	(18 833 043\$00)	23 614 536\$50	
Custos pluriennais diversos	—	16 781 208\$60		1 486 981\$40		(6 089 064\$00)	12 179 126\$00	12 179 126\$00	
Total geral	550 276 069\$90	170 516 328\$60		—		(46 968 362\$30)	123 548 006\$30	673 824 076\$20	

Anexo do balanço e à demonstração de resultados

Nota 18	Mapa de variação das amortizações acumuladas						Ano de 1987		
	Imobilização	Valor no início do ano	Movimento do ano					Total	Valor no fim do ano
			Amortização do exercício	Reavaliações	Abates e alienações	Correcções por exer. ant.			
1. Corpóreas:									
Edifícios e outras construções	3 523 927\$50	3 837 170\$20					3 837 170\$20	7 361 097\$70	
Equipamentos básicos	343 652 043\$60	49 906 792\$90					49 986 792\$90	393 638 836\$50	
Ferramentas e utensílios	4 805 156\$70	653 283\$00					653 283\$00	5 458 439\$70	
Material de carga e transporte	4 526 741\$00	1 824 412\$10					1 824 412\$10	6 351 153\$10	
Equip. administ., etc.	10 821 955\$10	3 540 913\$60					3 540 913\$60	14 362 868\$70	
Total	367 329 829\$90	59 842 571\$80					59 842 571\$80	427 172 395\$70	

Anexo do balanço e à demonstração de resultados

Nota 19	Movimento das contas de situação líquida			Ano de 1987	
	Contas	Saldo inicial	Movimento no exercício		Saldo final
			A débito		
52 — Capital estatutário	150 000 000\$00	—	—	150 000 000\$00	
55 — Reservas legais e estatutárias	16 770 000\$00	—	21 000 000\$00	37 770 000\$00	
56 — Reservas especiais	39 632 768\$70	—	30 000 000\$00	69 632 768\$70	
57 — Reservas de reavaliação	143 961 847\$40	—	—	143 961 847\$40	
59 — Resultados transitados	73 100 387\$30	79 743 344\$80	15 098 888\$10	8 455 930\$60	
88 — Resultados líquidos	8 455 930\$60	37 578 188\$90	14 582 658\$30	(14 539 600\$00)	
Total	431 920 934\$00	117 321 533\$70	80 681 546\$40	395 280 946\$70	

Anexo do balanço e à demonstração de resultados

Nota 20	Movimento das contas de provisões				Ano de 1987	
	Contas	Saldo inicial	Movimento no exercício			Saldo final
			Constituição ou reforço	Utilização		
28 — Provisões p/impostos s/lucros	3 384 881\$00	—	—	—	3 384 881\$00	
291 — Provisões p/cobranças duvidosas:						
291.01 — Para clientes de cobrança duvidosa	10 741 300\$40	—	—	1 309 082\$40	9 423 218\$00	
291.02 — Para dev. diversos de cob. duvidosa	10 324 873\$00	—	—	7 358 189\$00	2 966 684\$00	
292 — Provisões p/outros riscos e encargos						
292.09 — Para riscos e encargos diversos	—	3 119 049\$80	—	—	3 119 049\$80	
39 — Provisões para depreciação de existências	91 136 654\$40	334 046\$70	—	—	9 470 701\$10	
Total	33 587 708\$80	3 453 096\$50	—	8 667 271\$40	28 373 533\$90	

Anexo do balanço e à demonstração de resultados

Ano de 1987

Nota 21	Discriminação	Distribuição de resultados no exercício	
		A distribuir	Distribuídos
Valor para distribuição:			
	Resultado líquido do exercício precedente	8 455 930\$60	
	Resultados transitados	73 100 387\$30	
	Total	81 556 317\$90	
Distribuição:			
	Reservas legais e estatutárias... ..		21 000\$000\$00
	Reservas especiais		30 000\$000\$00
	Resultados transitados		8 455 930\$60
	Tesouro... ..		22 100 387\$30
	Total		81 556 317\$90

Anexo do balanço e à demonstração de resultados

Nota 22	Resultados líquidos nos últimos cinco anos			Ano de 1987
	Resultados líquidos antes de impostos	Provisões para imp. s/lucros	Impostas sobre lucros liquidados	Resultados líquidos após impostos
Discriminação	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)
Do exercício de 1983	7 202 931\$00	—	—	7 202 931\$00
Do exercício de 1984	64 457 633\$50	—	—	64 457 633\$50
Do exercício de 1985	8 082 780\$30	—	—	8 082 780\$30
Do exercício de 1986	11 840 811\$60	3 384 881\$00	—	8 455 930\$60
Do exercício de 1987	(14 539 600\$00)	—	—	(14 539 600\$00)
Total	77 044 556\$40	3 384 881\$00	—	73 659 675\$40

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Produção versus mercado.

A actividade produtiva dos TACV, durante o ano de 1987, conforme se poderá constatar pelos Quadros I e II. em anexo, traduziu-se pela colocação no mercado de 223 175 620 lugares — quilómetro, ou 33 287 084 toneladas — quilómetro, o que correspondeu à efectivação de 4 743 vôos regulares e especiais totalizando 6 410 horas e 2 163 394 quilómetros voados. Para além disso, a companhia foi solicitada a realizar 154 vôos de fretamento internos e para o exterior, totalizando 266 horas e 71 610 quilómetros voados. Para tanto, utilizou quatro aviões HS 748 e DHC-6 Twin Otter da sua frota, assim como um DC 10, afretado, em regime de «wet lease», às Linhas Aéreas de Moçambique.

A procura respondeu com uma utilização de 116 796 700 lugares — quilómetro, ou 10 229 326 toneladas — quilómetro, o que se traduziu efectivamente no transporte de 169 260 passageiros e 2 316 909 quilos de excesso de bagagem, carga e correio, nos vôos regulares e especiais. Para além disso, foram transportados 2 640 passageiros e 43 823 quilos de excesso de bagagem, carga e correio nos vôos de fretamento.

Tendo em conta a capacidade ofertada em termos de passageiros, ou de peso, assim como a resposta da procura em termos de utilização, constatámos que foram obtidos coeficientes de ocupação da ordem dos 52,2% ou 30,7%.

Se os valores apontados revelam um aumento bastante acentuado da capacidade ofertada, da ordem dos 72,2% ou dos 79,4%, consoante considerarmos os lugares — quilómetro ou as toneladas-quilómetro oferecidos, o mesmo não poderemos dizer dos coeficientes de ocupação, que decresceram significativamente, se recordarmos que, no ano transacto, o coeficiente de ocupação passageiros se situava em 16% e o de peso em 37,3%.

Se o aumento da oferta encontra a sua explicação lógica, fundamentalmente, na abertura da linha Sal/Boston, o decréscimo nos coeficientes de ocupação reflectem da mesma forma, os baixos índices de ocupação verificados nessa linha, na ordem dos 34,4% ou 17,2%, consoante nos referimos aos passageiros ou ao peso total transportado. Poderíamos até estar perante coeficientes de ocupação globais mais baixos, se não tivessem verificado melhorias significativas nos índices de ocupação de todas as restantes linhas, a que não é alheia no que se refere especificamente às linhas internas, o aumento do índice de ocupação dos chamados vôos especiais, normalmente penalizantes.

Como pudemos constatar a produtividade voada dos TACV saldou-se no transporte de 171 900 passageiros e 2 360 732 quilos de excesso de bagagem, carga e correio o que, relativamente a 1986, significa ter-se transportado mais 11 392 passageiros e 536 882 quilos de excesso de bagagem, carga e correio, representando um aumento de 7,1%, e 29,4% respectivamente.

Podemos salientar que em termos relativos os aumentos mais significativos se verificaram na componente internacional da rede de transporte aéreo regular, da Companhia, a qual vem assumindo posição crescente, conforme se poderá deduzir da análise dos dados comparativos apresentados no Quadro III-B, em anexo, assim como das perspectivas futuras de abertura de novas rotas.

Para finalizar, e tendo em vista uma melhor elucidação e conhecimento do comportamento da actividade produtiva, e do mercado, dos TACV, nos últimos 3 anos, remetemos para os dados comparativos apresentados no Quadro III onde se poderá constatar o efectivo aumento de actividade verificado no biénio 1985/87, representado por um crescimento da oferta na ordem dos 122% ou 138%, em termos de lugares-kilómetro ou toneladas-kilómetro oferecidos. Da mesma ordem se poderá constatar taxas médias de crescimento anual de 5,5% e 11,5%, respectivamente, no tráfego de passageiros e excesso de bagagem, carga e correio transportados, que, a manter-se, revelam perspectivas de mercado bastante promissoras, no futuro.

2. Situação económica.

Da análise da demonstração de resultados líquidos dos TACV, referente ao exercício de 1987, constatamos um prejuízo de 14 539 600\$ assim explicado:

Resultados Correntes do Exercício...	(29 122 258\$30)
Resultados Extraordinários do Exercício	(3 254 080\$50)
Resultados de Exercícios Anteriores...	17 836 738\$00
Resultados antes dos Impostos ...	(14 539 600\$00)
Provisões para Impostos s/Lucros ...	—
Resultados depois dos Impostos ...	(14 539 600\$00)

De referir que se trata da primeira situação de prejuízo, nos últimos cinco anos, após uma série de quatro anos de apresentação de resultados positivos. Tal como no ano transacto os resultados operacionais, de (29 122), foram significativamente reduzidos, pelos saldos das rubricas de resultados extraordinários e de exercícios anteriores, na ordem dos 14 582 contos.

Para uma explicação do decréscimo verificado nos resultados da exploração recorreremos ao Quadro IV, em anexo, que nos mostra a evolução verificada nas rubricas de custos e proveitos do exercício. Pudemos constatar um aumento dos custos na ordem dos 22%, o que é de considerar normal, face ao acréscimo de actividade da companhia. Por outro lado o nível dos proveitos sofreu um incremento de somente 12% o que se revelou insuficiente para o alcance do equilíbrio da exploração.

Se, no que se refere aos custos, é de se realçar o crescimento da rubrica fornecimentos e serviços de terceiros, em 43%, reflexo, lógico, da expansão verificada no nível de actividade, no que toca aos proveitos, é de se frisar o aumento da rubrica serviços regulares em 23%, e os decréscimos verificados nos fretamentos e assistência a terceiros na ordem dos 42% e 20%, respectivamente.

Sendo certo que os proveitos com os serviços regulares deveriam ter sofrido maior incremento, o que se coadunaria com o aumento verificado no nível de actividade, pensamos que o aumento registado é reflexo, evidente, da sub-utilização da capacidade adicional ofertada.

Por seu lado, a diminuição dos proveitos com a assistência a terceiros já era esperada, por ser uma tendência já constatada, bem como o reflexo da sua influência, bastante marcante, nos resultados de exploração.

Verifica-se, contudo, que a análise da evolução das rubricas de custos e proveitos da exploração poder-se-á revelar insuficiente para explicar e conduzir à total compreensão do volte face operado a nível dos resultados da empresa.

A elucidação deste passa por uma análise dos resultados específicos de cada uma das actividades da compa-

nhia, o transporte aéreo, regular e não regular e a assistência a terceiros e, particularmente, dos resultados obtidos com as componentes doméstica e internacional da rede explorada.

No que se refere à assistência a terceiros, constatamos que essa actividade, antes de importância capital, pois que chegou a representar cerca de 50% dos proveitos, vem assumindo um papel decrescente, no cômputo global das actividades dos TACV. Actualmente, tanto a nível de receitas como a nível dos resultados, o seu peso diminuiu sem que, contudo, os valores que assume deixem de produzir reflexos significativos na variação do resultado global da empresa.

No que concerne ao transporte aéreo não regular, esta surge-nos mais uma vez, como uma actividade superavitária o que resulta obviamente, de uma política tarifária específica, virada à cobertura dos custos e, sempre que possível, à produção de algum excedente.

Relativamente ao transporte aéreo regular, esta apresenta-se-nos como uma actividade deficitária, o que não deixa de representar uma séria preocupação considerando que se trata da actividade principal da companhia, aquela para a qual, normalmente, todos os esforços são canalizados.

Para o seu défice contribuiu não só a influência do já crónico prejuízo das linhas internas mas também, e significativamente, o prejuízo verificado nas linhas internacionais, estas grandemente afectadas pelo baixo índice de ocupação, e consequente elevado prejuízo da linha Sal/Boston, porquanto as linhas Sal/Lisboa e Praia/Dakar prosseguem com índices de rentabilidade bastante significativos.

O Quadro V, em anexo, embora necessariamente sintético, é elucidativo quanto aos resultados apurados em cada uma das actividades dos TACV.

Por último, cumpre-nos fazer uma ligeira referência à evolução de alguns indicadores de rentabilidade. Obviamente que, apresentando o exercício de 1987 um resultado líquido negativo, o único rácio que poderá fazer algum sentido é o que compara o cash flow com os capitais próprios. Verifica-se que sofreu um decréscimo de 26,5% em relação ao exercício transacto, o que se coaduna com o volte face operado a nível dos resultados e comprova, definitivamente, o retrocesso da situação económica dos TACV.

3. Situação financeira:

Os Quadros VII e VIII, apresentados em anexo, são elucidativos quanto à evolução da situação financeira dos TACV nos últimos três anos e particularmente no que refere ao período entre os dois últimos exercícios.

Se, já no ano transacto, comparativamente com o ano anterior, se tinha constatado ligeiros decréscimos nos indicadores de liquidez geral e solvabilidade total, o que refletia já uma ligeira deterioração da situação financeira, no actual exercício, vêm-se a constatar uma descida generalizada de todos os indicadores utilizados, o que comprova a deterioração efectiva da situação financeira dos TACV, em conformidade com o agravamento constatado a nível da situação económica.

Tudo indica que, em condições normais, a empresa deveria ter defrontado com alguns estrangulamentos de tesouraria. Contudo, uma vez mais tais apertos não chegaram a concretizar-se pois que situações de débitos pendentes de regularização, assim como de valores relativos a documentos pendentes de vãos, permitiram adiar qualquer dificuldade de maior que pudesse pôr em perigo a capacidade da companhia solver os seus compromissos a curto prazo e pudesse implicar o recurso, mesmo que temporário, ao crédito bancário.

O Director-Geral, *Valdemar Fortes de Sousa Lobo*, Comandante de Aviação Sénior.

QUADRO I

Dados relativos a produção — Ano de 1987

Linhas	Rúbrica	N.º voos realizados	Horas voadas	Kilómetros voados	Tráfego transportado	
					N.º de passageiros	Kgs. de exc. bag., carga, correio
Internas...		4 461	5 320	1 446 180	140 676	1 963 131
Praia/Dakar...		110	244	77 348	4 044	37 929
Sal/Lisboa ...		110	412	307 670	18 905	272 747
Sal/Boston ...		62	434	332 196	5 635	43 102
Fretamentos ...		154	266	71 610	2 640	43 823
Total ...		4 897	6 676	2 235 004	171 900	2 360 732

QUADRO II

Coeficientes de ocupação das linhas — Ano de 1987

Linhas	Rúbrica	Passageiros — Kilómetros			Toneladas — Kilómetros		
		Oferecidos	Utilizados	%	Oferecidos	Utilizados	%
Internas...		51 157 100	30 853 400	60.3	4 887 469	2 773 218	56.7
Praia/Dakar...		3 093 920	2 563 900	82.9	297 790	216 340	72.7
Sal/Lisboa ...		81 224 900	53 087 100	65.4	13 568 250	4 744 403	35.0
Sal/Boston ...		87 699 700	30 192 300	34.4	14 533 575	2 495 365	17.2
Total ...		223 175 620	116 696 700	52.2	33 287 084	10 229 326	30.7

QUADRO III

Dados comparativos — Linhas internas

Ano	Rúbrica	N.º frequências	Passageiros transportados	Horas voadas	Kilómetros voados	Total exc. bag. carga e correio	Passageiros — Kilómetros			Toneladas — Kilómetros		
							Oferecidos	Utilizados	%	Oferecidos	Utilizados	%
1985 ...		3 729	155 241	5 559	1 431 807	1 954 635	100 379 808	61 280 709	61.0	14 011 056	5 344 477	38.1
1986 ...		4 551	160 508	6 265	1 728 394	1 823 850	129 604 306	79 145 919	61.1	18 559 145	6 918 823	37.3
1987 ...		4 944	171 900	6 749	2 251 538	2 360 732	223 175 620	116 696 700	52.2	33 287 084	10 229 326	30.7

OBS.: O número de frequências, horas voadas e quilómetros voados incluem valores relativos a voos técnicos.

QUADRO III-A

Dados comparativos

Linhas internas

Rúbrica Ano	N.º voos realizados	Horas voadas	Kilómetros voados	Tráfego transportado		Passageiros - kilómetros			Toneladas - kilómetros		
				N.º de passageiros	Kgs. de exc. bag. carga e correio	Oferecidos	Utilizados	%	Oferecidos	Utilizados	%
1986	4 037	4 957	1 154 598	133 158	1 513 496	40 924 670	23 024 172	56,3	4 033 109	2 175 852	53,9
1987	4 461	5 320	1 446 180	140 676	1 963 131	51 157 100	30 853 400	60,3	4 887 469	2 773 218	56,7

Linha Praia/Dakar

Rúbrica Ano	N.º voos realizados	Horas voadas	Kilómetros voados	Tráfego transportado		Passageiros - kilómetros			Toneladas - kilómetros		
				N.º de passageiros	Kgs. de exc. bag. carga e correio	Oferecidos	Utilizados	%	Oferecidos	Utilizados	%
1986	164	342	103 976	4 613	45 633	4 063 940	2 964 642	72,0	391 368	248 280	63,4
1987	110	244	77 348	4 044	37 929	3 093 920	2 563 400	82,9	297 790	216 340	72,7

Linha Sal/Lisboa

Rúbrica Ano	N.º voos realizados	Horas voadas	Kilómetros voados	Tráfego transportado		Passageiros - kilómetros			Toneladas - kilómetros		
				N.º de passageiros	Kgs. de exc. bag. carga e correio	Oferecidos	Utilizados	%	Oferecidos	Utilizados	%
1986	107	401	299 279	17 628	181 105	79 009 656	49 305 516	62,4	13 198 204	4 204 464	31,9
1987	110	412	307 670	18 905	272 747	81 224 900	53 087 100	65,4	13 568 250	4 744 403	35,0

Linha Sal/Boston

Rúbrica Ano	N.º voos realizados	Horas voadas	Kilómetros voados	Tráfego transportado		Passageiros - kilómetros			Toneladas - kilómetros		
				N.º de passageiros	Kgs. de exc. bag. carga e correio	Oferecidos	Utilizados	%	Oferecidos	Utilizados	%
1986	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	62	434	332 196	5 635	43 102	87 699 700	30 192 300	34,4	14 533 575	2 495 365	17,2

QUADRO III — B
Dados comparativos — Transporte aéreo regular

Rúbrica	Voos realizados				Horas voadas				Tráfego transportado				Passageiros — Kilómetro				Toneladas — Kilómetro			
	Quant.		%		Quant.		%		Quant.		%		Quant.		%		Quant.		%	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Internas	4 037	94	4 957	87	1 154 598	73	1 513 496	87	40 924 670	32	23 024 172	29	4 033 109	22	2 175 852	31	4 887 469	15	2 773 218	27
Internacionais ...	276	06	968	13	424 490	27	226 900	3	88 679 636	68	56 090 681	71	14 526 036	78	4 742 971	69	28 399 615	85	7 456 108	73
Total ...	4 313	100	5 725	100	1 579 088	100	1 740 396	100	129 604 306	100	79 114 853	100	18 559 145	100	6 918 823	100	33 287 084	100	10 229 326	100

Rúbrica	Voos realizados				Horas voadas				Tráfego transportado				Passageiros — Kilómetro				Toneladas — Kilómetro			
	Quant.		%		Quant.		%		Quant.		%		Quant.		%		Quant.		%	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Internas	4 461	94	5 320	83	1 446 180	67	1 963 131	85	51 157 100	23	30 853 400	26	4 887 469	15	2 773 218	27	4 887 469	15	2 773 218	27
Internacionais ...	282	06	1 090	17	717 214	33	353 778	15	172 018 520	77	85 843 200	74	28 399 615	85	7 456 108	73	28 399 615	85	7 456 108	73
Total ...	4 743	100	6 410	100	2 163 394	100	2 316 909	100	223 175 620	100	116 696 700	100	33 287 084	100	10 229 326	100	33 287 084	100	10 229 326	100

Ano de 1987

QUADRO IV

Evolução das rúbricas de custos e proveitos da exploração

Em contos

Rúbricas	1986	1987	Dif.*	Var. %
1 — Proveitos:				
Serviços regulares ...	684 381	839 212	154 831	23,0
Fretamentos	41 695	24 053	-17 642	-42,0
Outras receitas	22 404	21 096	-1 308	-6,0
Assistência a terceiros...	132 710	106 878	-27 140	-20,0
Total	881 190	991 239	108 741	12,0
2 — Custos:				
Custo exist. ven/consumidas	24 343	26 982	2 639	11,0
Forn. serv. terceiros ...	457 081	651 659	194 578	43,0
Impostos indirectos ...	5 360	6 658	1 298	24,0
Impostos directos	—	75	75	100,0
Despesas com o pessoal...	193 927	220 057	26 130	13,0
Despesas financeiras ...	1 185	1 330	145	12,0
Outras despesas e encargos... ..	25 561	3 336	-22 225	-87,0
Amort. reint. exercício ...	113 364	106 811	-6 553	-6,0
Provisões do exercício ...	15 137	3 453	-11 684	-77,0
Total	835 958	1 020 361	184 403	22,0
3 — Resultados correntes (1-2):	45 232	-29 122	-74 354	-164,0

QUADRO V

Resultados das actividades

Em contos

Actividades	Transporte aéreo		Assistência a terceiros
	Regular	Não regular	
Proveitos... ..	839 212	24 053	106 878
Custos... ..	939 018	14 634	45 613
Resultados	(99 806)	9 419	61 265

Transporte aéreo

Em contos

Rúbricas	Linhas		Fretamento
	Internas	Internacionais	
Proveitos	319 141	520 071	24 053
Custos... ..	385 312	553 706	14 634
Resultados	(66 171)	(33 635)	9 419

QUADRO VI

Evolução dos indicadores de rentabilidade

Rácio	Anos		
	1985	1986	1987
Lucro líquido ×100 Capitais próprios	1,9	2,0	—
Cash flow ×100 Capitais próprios	26,3	32,5	25,7

QUADRO VII

Evolução da estrutura financeira

	1985	1986	1987
Capitais circulantes	71%	76%	71%
Imobilizado líquido	29%	24%	29%
Exigível a curto prazo	38%	42%	55%
Exigível a médio e a longo prazo	1%		
Capitais próprios	61%	58%	45%

QUADRO VIII

Indicadores financeiros

Rácio	Anos	1985	1986	1987
		Liquidez geral	Capitais circulantes Exigível a curto prazo	1,88
Liquidez reduzida	Capitais circ.-Exist. Exigível a curto prazo	1,37	1,52	1,12
Cobertura de Imobilizado	Capitais permanentes Imobilizado líquido	2,16	2,36	1,57
Solvabilidade total	Capitais próprios Passivo total	1,60	1,36	0,82
Autonomia financeira	Capitais próprios Débito a médio e longo prazo	99,52	—	—

(186)

BANCO DE CABO VERDE

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controle de Câmbios

Cotações de câmbios

Em 15/11/89

N.º 183

Praças	Divisas	Compras	Vendas
África do Sul	Rand	22\$24	25\$58
Alemanha... ..	Marco	40\$47	43\$71
América 1 e 2	Dólares	74\$77	80\$79
América 5 a 1000... ..	Dólares	75\$27	81\$29
Austria	Xelim	5\$75	6\$21
Bélgica	Franco	1\$80	2\$03
Canadá 1 e 2	Dólares	63\$83	68\$98
Canadá N. Grandes.	Dólares	64\$33	69\$48
Dinamarca	Coroa	10\$42	11\$26
Espanha	Peseta	0\$597	0\$674
Finlândia	Markka	17\$50	18\$90
França	Franco	11\$93	12\$89
Holanda	Florim	35\$87	38\$74
Inglaterra... ..	Libra	118\$96	128\$37
Itália... ..	Lira	0\$051	0\$057
Japão... ..	Iene	0\$479	0\$541
Noruega	Coros	10\$82	11\$68
Portugal	Escudo	0\$473	0\$511
Senegal	C.F.A.	0\$233	0\$251
Suécia	Coroa	11\$61	12\$53
Suíça	Franco	45\$83	49\$49

Cotações de Câmbios

Cotações de Câmbios

Em 14/11/89

N.º 182

Em 15/11/89

N.º 183

Praças	Divisas	Compras	Vendas
Londres	1 Libra	122\$84	124\$26
Lisboa	100 Escudos	49\$00	49\$59
Nova Iorque	1 Dólar	78\$30	78\$91
Amesterdão	100 Florim	3 714\$29	3 757\$32
Bruxelas	100 Fr. Comer.	199\$93	202\$22
Bruxelas	100 Fr. Finan.	187\$04	190\$78
Copenhague	100 Coroa	1 080\$55	1 093\$03
Estocolmo... ..	100 Coroa	1 208\$44	1 222\$29
Frankfort (R.F.A.)	100 Deut Mar	4 190\$39	4 239\$05
Helsínquia	100 Markka	1 815\$79	1 836\$65
Oslo	100 Coroa	1 123\$08	1 135\$97
Otava... ..	1 Dólar	67\$01	67\$57
Paris	100 Franco	1 236\$32	1 248\$32
Petrória	1 Rand	29\$477	29\$804
Roma	100 Lira	5\$740	5\$806
Tóquio... ..	100 Iene	54\$34	54\$96
Viena... ..	100 Xelim	595\$15	601\$93
Zurique	100 Franco	4 753\$29	4 808\$91
Madrid	100 Peseta	66\$23	66\$99
Dakar... ..	100 CFA	24\$108	24\$966
Un/conta CKE... ..	1 ECU	85\$75	86\$84
«Clearings»:			
Bissau... ..	100 Peso	—\$—	—\$—

Praças	Divisas	Compras	Vendas
Londres	1 Libra	123\$17	124\$60
Lisboa... ..	100 Escudos	49\$01	49\$60
Nova Iorque	1 Dólar	78\$00	78\$61
Amesterdão	100 Florim	3 717\$10	3 760\$30
Bruxelas	100 F. Comer.	200\$00	200\$36
Bruxelas	100 F. Finanç.	187\$15	190\$91
Copenhague	100 Coroa	1 080\$12	1 092\$64
Estocolmo... ..	100 Coroa	1 202\$61	1 216\$45
Frankfort (RFA) ...	100 Dt. Mark	4 193\$84	4 242\$69
Helsínquia... ..	100 Markka	1 813\$72	1 834\$64
Oslo	100 Coroa	1 120\$81	1 133\$72
Otava... ..	1 Dólar	66\$66	67\$22
Paris	100 Franco	1 236\$68	1 248\$73
Petrória	1 Rand	29\$266	29\$591
Roma... ..	100 Lira	5\$731	5\$797
Tóquio	100 Iene	54\$11	54\$74
Viena... ..	100 Xelim	595\$69	602\$49
Zurique	100 Franco	4 748\$86	4 804\$62
Madrid	100 Peseta	66\$31	67\$07
Dakar... ..	100 CFA	24\$115	24\$975
Bruxelas	1 ECU	85\$76	86\$85
«Clearings»:			
Bissau... ..	100 Peso	—\$—	—\$—

Direcção das Relações com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios, na Praia, 15 de Novembro de 1989. — Pela Direcção, Antão Lopes da Luz.